



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª VARA DO TRABALHO DE PIRACICABA - 0137

[2001 a 2500 processos]

Em 26 de outubro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR Nº 13/2020, divulgado em 13/10/2020 no DEJT (Edição 3078/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 874). Presentes, por videoconferência, a MMA Juíza Titular ISABELA TÓFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA e a MMA Juíza Substituta Auxiliar Fixa NATALIA SCASSIOTA NEVES ANTONIASSI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto e Suely Suzuki.
Jurisdição Atendida:	AGUAS DE SAO PEDRO, SALTINHO, SANTA MARIA DA SERRA, SAO PEDRO, PIRACICABA, CHARQUEADA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	05/09/2005
Data de Instalação do PJE:	10/05/2013
Data da Última Correição:	06/08/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ISABELA TOFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
11/07/2019 a 09/08/2019	FERIAS
28/10/2019 a 30/10/2019	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
07/01/2020 a 05/02/2020	FERIAS
15/07/2020 a 13/08/2020	FERIAS
17/08/2020 a 15/09/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/10/2020 a 15/10/2020	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2019 a 17/10/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
NATALIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	07/01/2019 a 16/10/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2019 a 17/12/2019	FERIAS
22/11/2019 a 22/11/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
05/12/2019 a 05/12/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
18/12/2019 a 18/12/2019	FERIAS
15/06/2020 a 14/07/2020	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELA BEATRIZ GONCALES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/12/2011
CELINA JACINTHO PEREIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	27/02/2014
DEISE MARIA CASSANIGA AZEVEDO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	04/10/2014
ERIKA CRISTINA MENDES DE CAMPOS GARCIA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	05/09/2005
JOSE LUIS BURATTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/05/2018
JULIANA MARCONI PENTEADO PESSIN	TJA	FC-04 CALCULISTA	05/06/2006
LUIZ PAOLIERI NETO	TJA	-	10/09/2018
MARIA CECILIA SILVEIRA GRANATO	TJASD	FC-02 ASSISTENTE	27/08/2007
MARIA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES DE LARA	TJASD	FC-02 ASSISTENTE	03/11/2009
MARIA GORETTI GUIMARAES VIEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	17/11/2008
MARIO LUCIO ROQUE	AJA	-	28/02/2020
MATHEUS JUNQUEIRA HARDER	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	17/05/2011
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2019 a 09/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	45
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	9
TOTAL	61



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/09/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ISABELA TOFANO DE CAMPOS LEITE PEREIRA	103
NATALIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	106

SERVIDORES	HORAS
ANGELA BEATRIZ GONCALES	8
CELINA JACINTHO PEREIRA	54
DEISE MARIA CASSANIGA AZEVEDO	22
ERIKA CRISTINA MENDES DE CAMPOS GARCIA	12
JOSE LUIS BURATTO	22
JULIANA MARCONI PENTEADO PESSIN	587
LUIZ PAOLIERI NETO	47
MARIA CECILIA SILVEIRA GRANATO	372
MARIA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES DE LARA	254
MARIA GORETTI GUIMARAES VIEIRA	38
MARIO LUCIO ROQUE	6
MATHEUS JUNQUEIRA HARDER	47



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	722	1.111	980
	Aguardando encerramento da instrução	637	861	746
	Aguardando prolação de sentença	17	31	28
	Aguardando cumprimento de acordo	373	351	420
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.935	1.668	2.124
	Pendentes de finalização	3.684	4.022	4.298
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	366	484	713
	Liquidados pendentes de finalização na fase	405	322	340
	Pendentes de finalização	771	806	1.053
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.289	1.790	1.584
	Encerrados pendentes de finalização na fase	197	278	250
	Pendentes de finalização	1.486	2.068	1.834
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	2	7	6
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	2	121	63
TOTAL		5.945	7.023	7.255

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	507	691	865
	Aguardando encerramento da instrução	639	742	625
	Aguardando prolação de sentença	147	133	179
	Aguardando cumprimento de acordo	231	409	411
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.080	1.722	2.207
	Pendentes de finalização	3.604	3.697	4.287
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	70	122	125
	Liquidados pendentes de finalização na fase	532	627	725
	Pendentes de finalização	602	749	850
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.057	1.496	1.248
	Encerrados pendentes de finalização na fase	134	199	144
	Pendentes de finalização	1.191	1.695	1.393
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	8	7
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	71	13
TOTAL		5.397	6.221	6.549



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	436	483	48
Tutelas Provisórias	271	140	95
Incidentes na Liquidação/Execução	302	332	67
TOTAIS	1.009	955	210

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	506	528	65
Exceções de Incompetência	3	6	2
Antecipações de Tutela	247	244	9
Impugnações à Sentença de Liquidação	46	29	26
Embargos à Execução	207	165	83
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	0	6	0
TOTAIS	1.009	978	185



6 - RECURSOS [08/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.477	1.315	240
Recurso Adesivo	54	53	11
Agravo de petição	318	244	48
Agravo de Instrumento	76	54	14
TOTAIS	1.925	1.666	313

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.322	1.395	16
Recurso Adesivo	75	76	3
Agravo de petição	168	170	12
Agravo de Instrumento	93	3	29
TOTAIS	1.658	1.644	60



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.411	82	173	111
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	2.511	198	363	233
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	2.408	217	396	256
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	1.603	38	34	37

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	874	133	231	278

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	360	538	891	755
Do início ao encerramento da execução - ente público	56	299	849	516
Total / Média	416	506	884	714

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	743	174	195	196
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.846	338	435	421
Total / Média	2.589	291	363	358

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	704	181	205	208
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.737	351	457	448
Total / Média	2.441	302	381	381

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	264	30	28	42
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.225	34	41	56
Total / Média	1.489	34	38	54

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	170	171	237	225
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	805	183	268	229
Total / Média	975	181	262	228

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	313	638	1.734	1.103
Do início ao encerramento da execução - ente público	25	517	1.220	831
Total / Média	338	629	1.672	1.081

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0011277-60.2014.5.15.0137	28/10/2018	27/06/2014	2287
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0000194-18.2012.5.15.0137	18/07/2012	08/02/2012	2996
Do Início ao Encerramento da Execução	0213300-10.2005.5.15.0137	30/11/2005	29/11/2005	5418

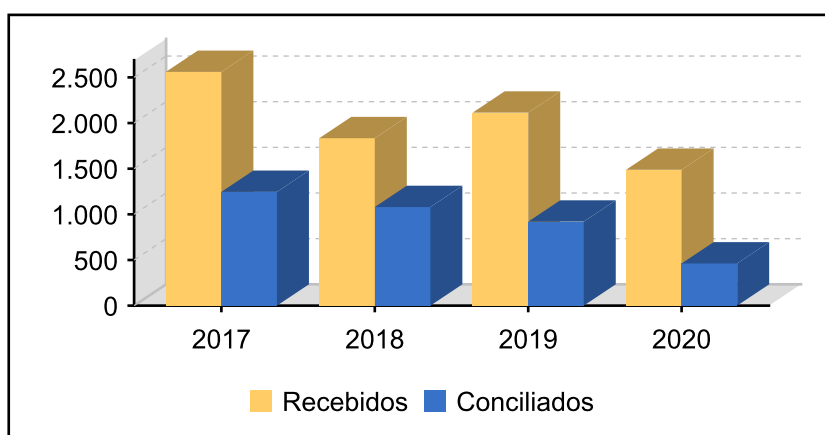


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

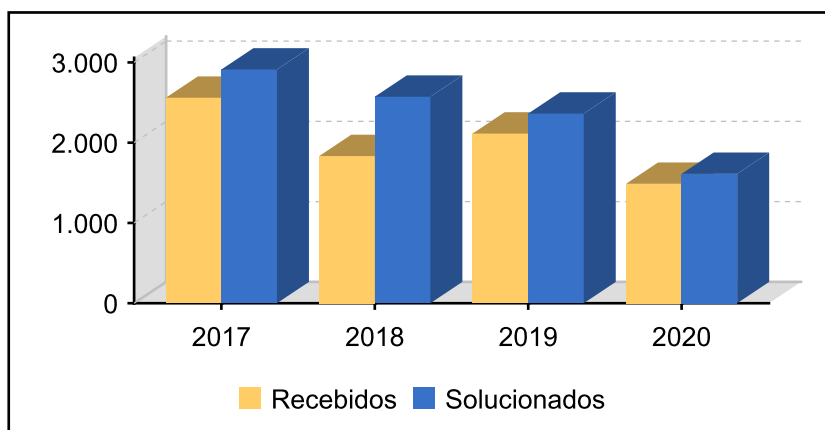
9.1 - Índice de conciliações [até 09/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	2.560	1.246	48,67
2018	1.834	1.080	58,89
2019	2.114	920	43,52
2020	1.488	462	31,05



9.2 - Índice de soluções [até 09/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.560	2.912	113,75
2018	1.834	2.573	140,29
2019	2.114	2.363	111,78
2020	1.488	1.612	108,33



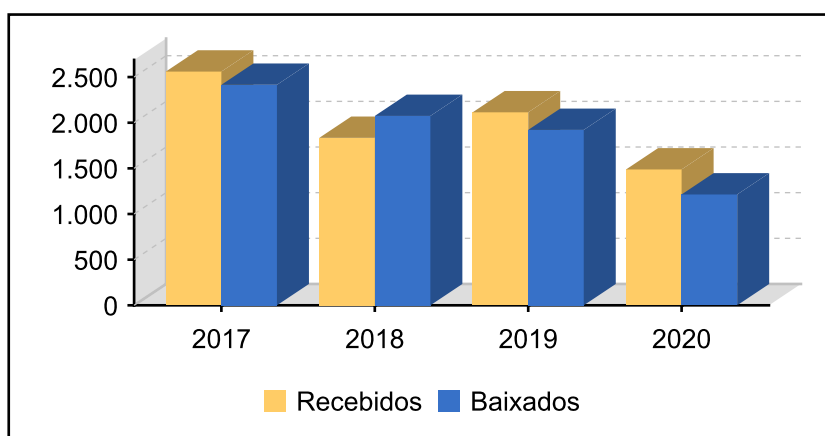


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

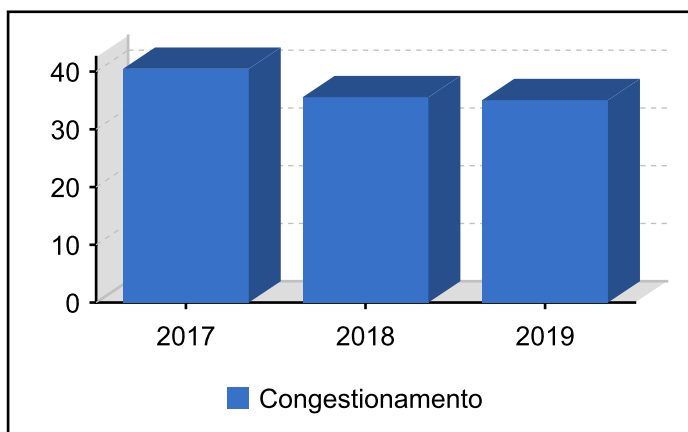
9.3 - Índice de baixas [até 09/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	2.560	2.415	94,34
2018	1.834	2.074	113,09
2019	2.114	1.921	90,87
2020	1.488	1.214	81,59



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.332	2.560	2.912	40,47
2018	2.158	1.834	2.573	35,55
2019	1.524	2.114	2.363	35,05

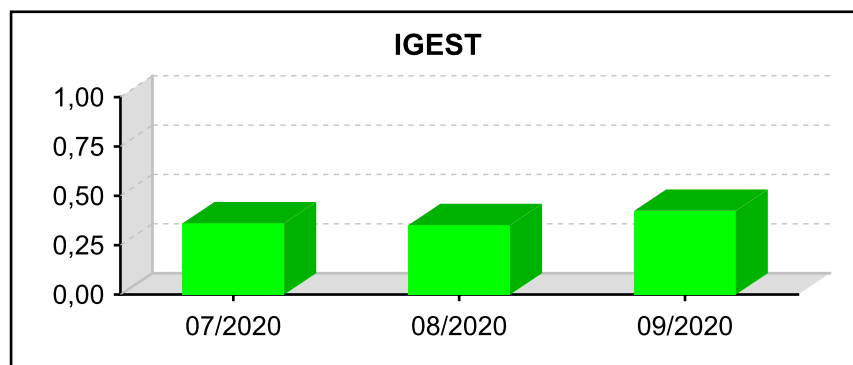
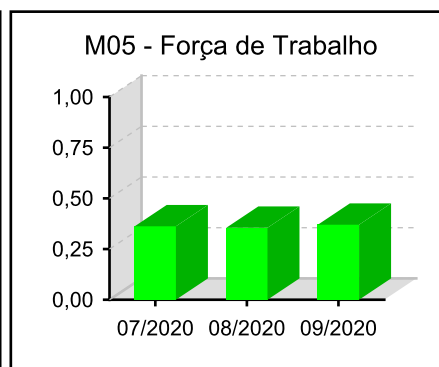
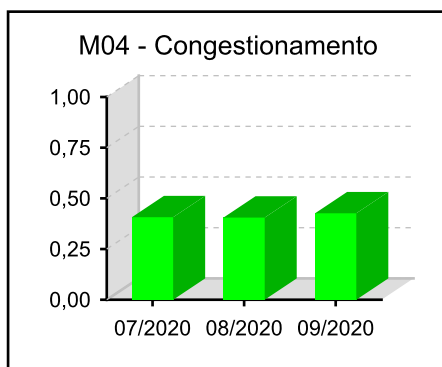
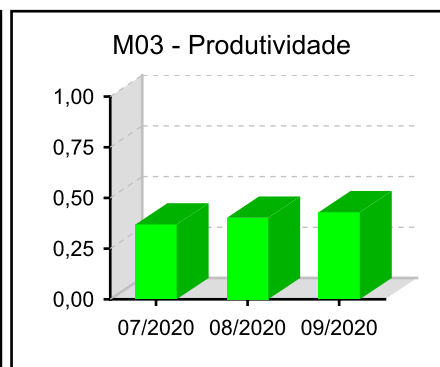
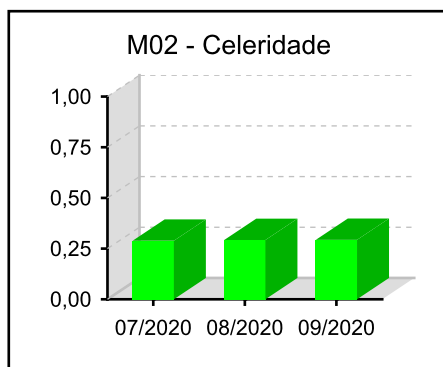
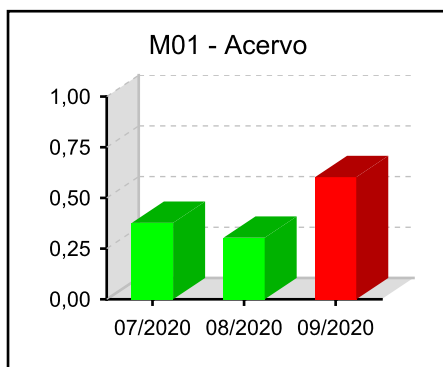




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
07/2020	0,3771	0,2888	0,3687	0,4071	0,3622	0,3608
08/2020	0,3036	0,2924	0,4019	0,4053	0,3551	0,3517
09/2020	0,6025	0,2931	0,4291	0,4264	0,3701	0,4242





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	702	58,5	36,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.217	101,4	63,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.919	159,9	99,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	210	17,5	10,9
Incidentes Processuais Resolvidos	799	66,6	41,5
Dias-Juiz	578	48,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	28.225	54,7	31,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	38.586	74,8	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	66.811	129,5	73,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	7.720	15,0	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	34.551	67,0	38,2
Dias-Juiz	27.130	52,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	76.423	41,6	28,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	107.753	58,7	39,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	184.176	100,3	68,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.162	12,1	8,2
Incidentes Processuais Resolvidos	94.300	51,4	34,9
Dias-Juiz	81.031	44,1	---

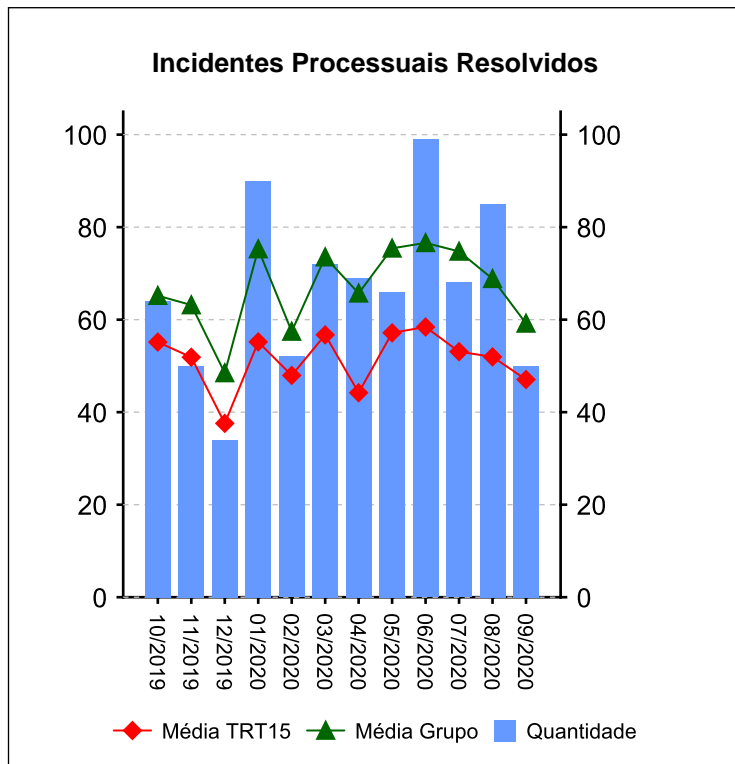
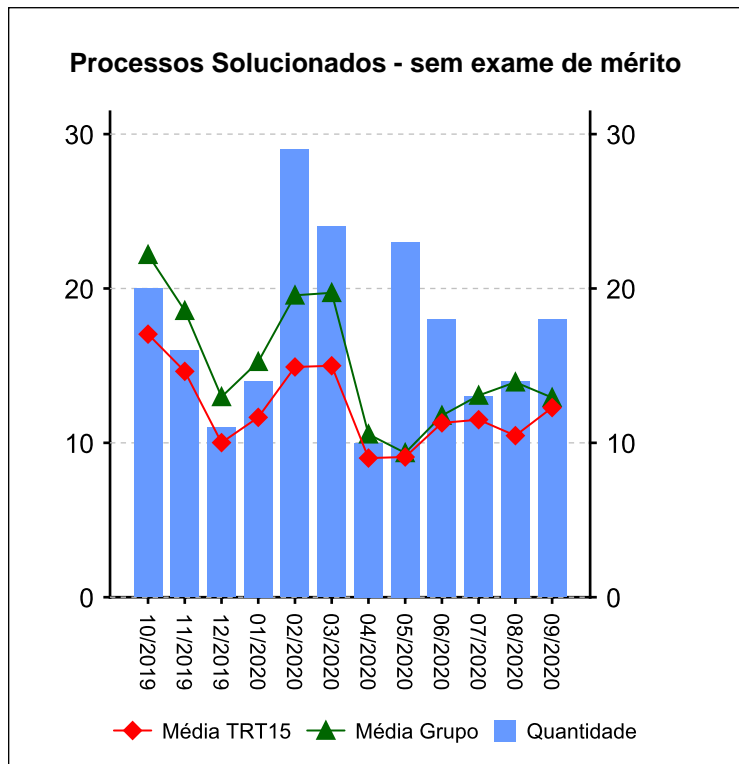
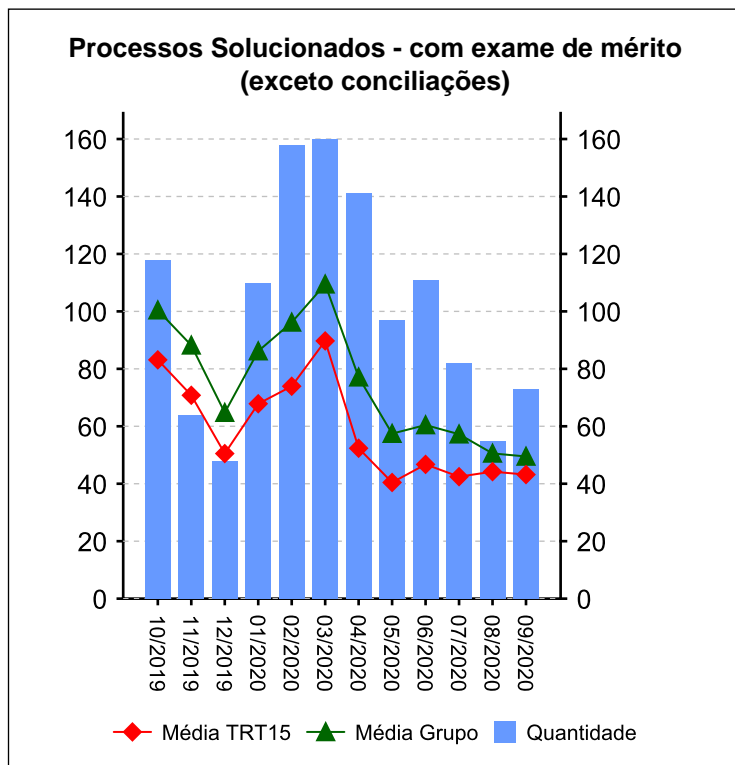
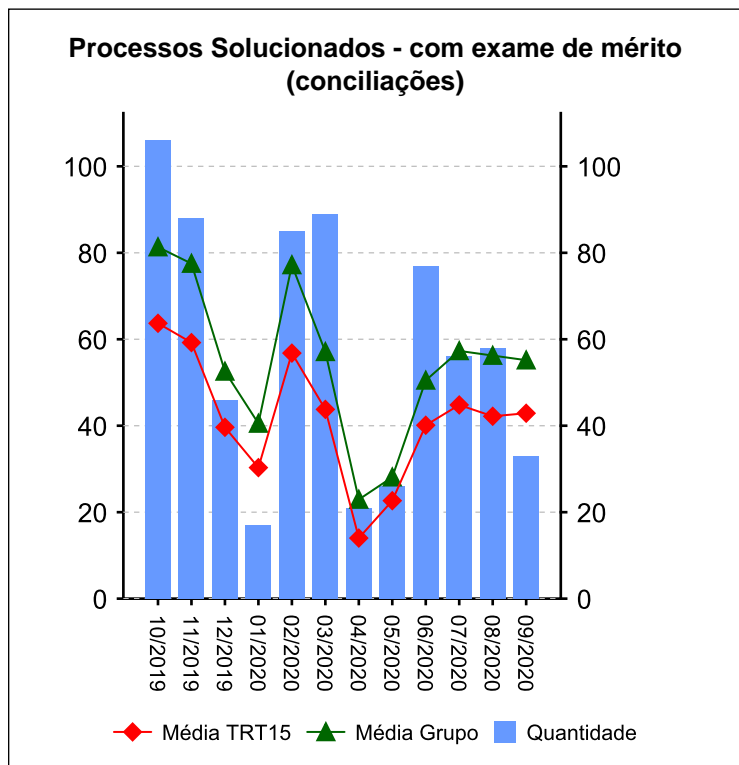
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	675	56,3	35,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	329	27,4	17,1
Sessões de audiência realizadas - una	377	31,4	19,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	155	12,9	8,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	274	22,8	14,2
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	3	0,3	0,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	706	58,8	36,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	429	35,8	22,3
Dias-Juiz	578	48,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	27.130	52,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	81.031	44,1	---

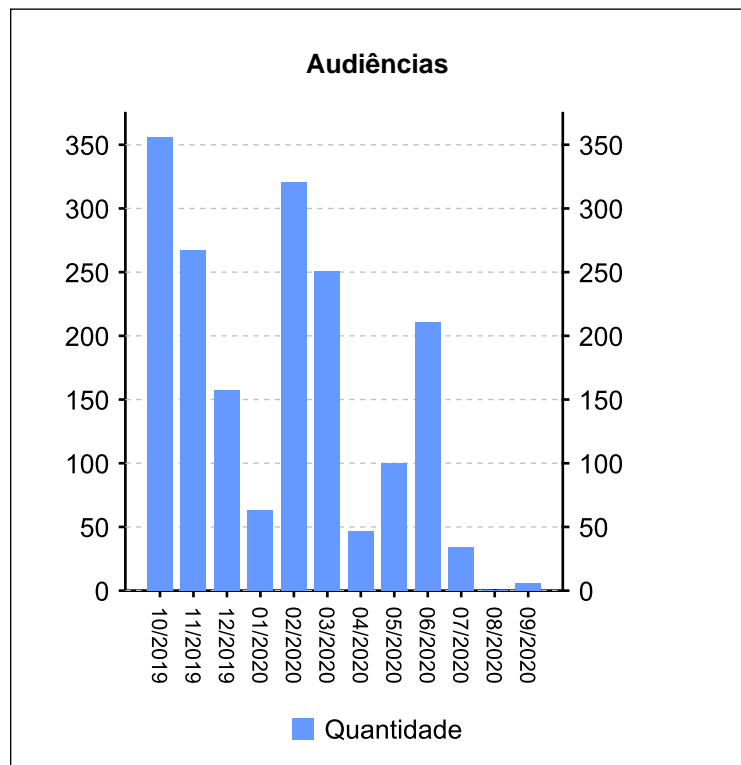


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

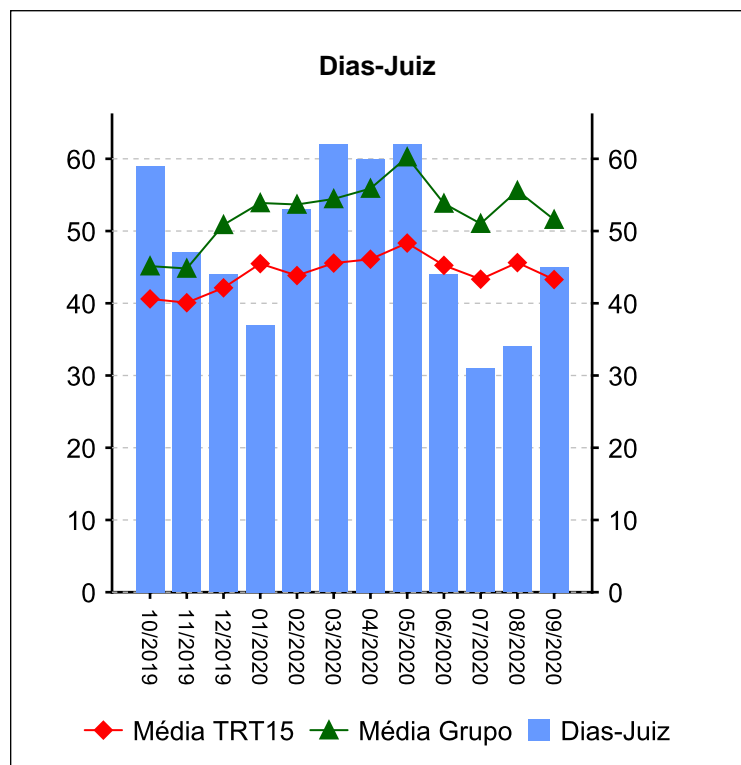
[10/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2019	14	3	128	90	121	356
11/2019	9	57	91	58	52	267
12/2019	10	29	55	33	30	157
01/2020	2	16	11	17	17	63
02/2020	17	24	135	66	78	320
03/2020	2	36	71	61	79	249
04/2020	20	27	0	0	0	47
05/2020	14	33	53	0	0	100
06/2020	53	37	121	0	0	211
07/2020	13	11	10	0	0	34
08/2020	0	0	0	0	0	0
09/2020	1	1	0	4	0	6
Total	155	274	675	329	377	1810



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2019	59
11/2019	47
12/2019	44
01/2020	37
02/2020	53
03/2020	62
04/2020	60
05/2020	62
06/2020	44
07/2020	31
08/2020	34
09/2020	45
Média Mensal	48,2



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	978	81,5	48,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.327	110,6	65,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.305	192,1	114,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	245	20,4	12,1
Incidentes Processuais Resolvidos	978	81,5	48,4
Dias-Juiz	606	50,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.215	81,8	46,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	55.801	108,1	61,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	98.016	190,0	108,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	12.693	24,6	14,0
Incidentes Processuais Resolvidos	35.477	68,8	39,1
Dias-Juiz	27.195	52,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	125.300	68,2	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	165.729	90,3	57,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	291.029	158,5	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	35.808	19,5	12,4
Incidentes Processuais Resolvidos	103.420	56,3	35,8
Dias-Juiz	86.739	47,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

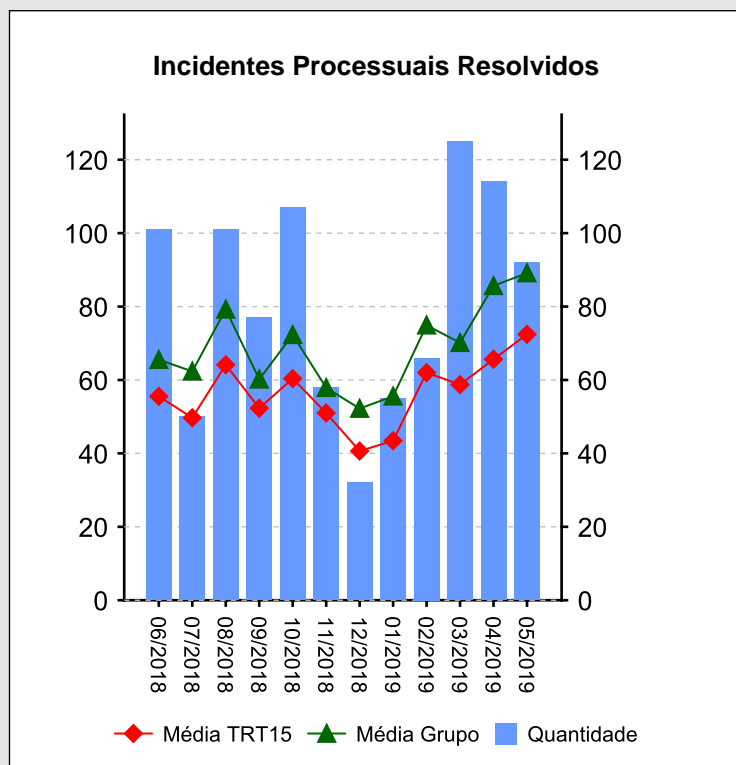
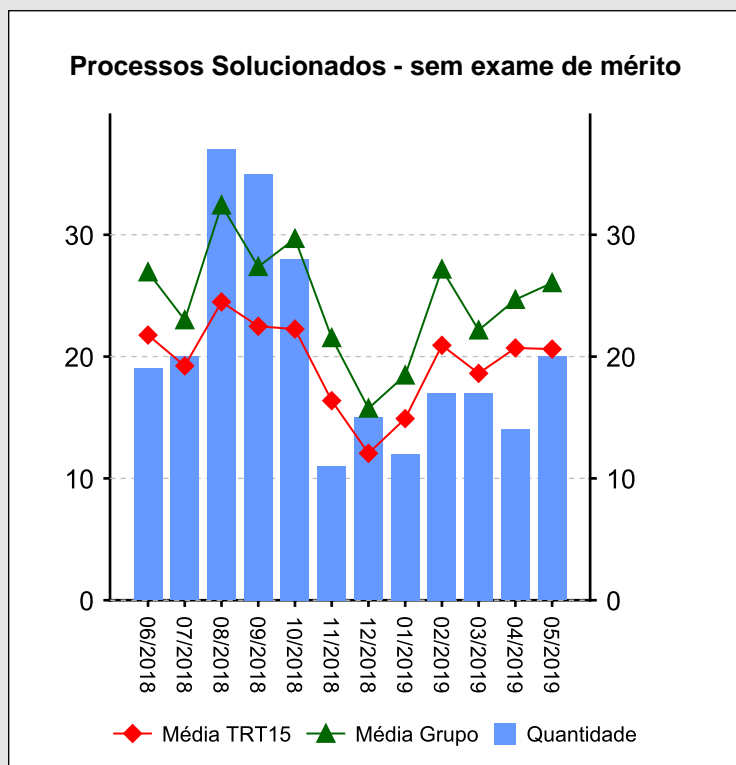
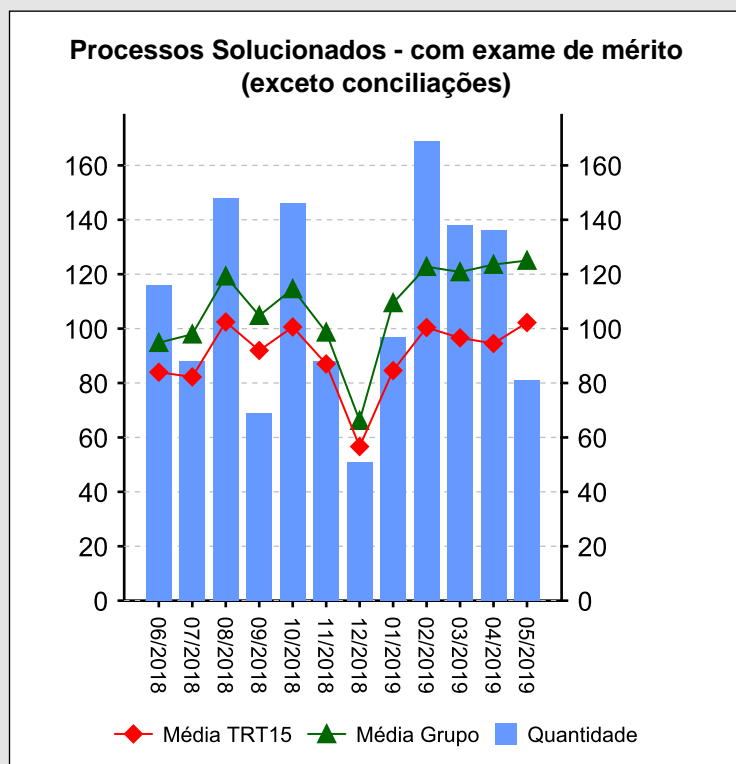
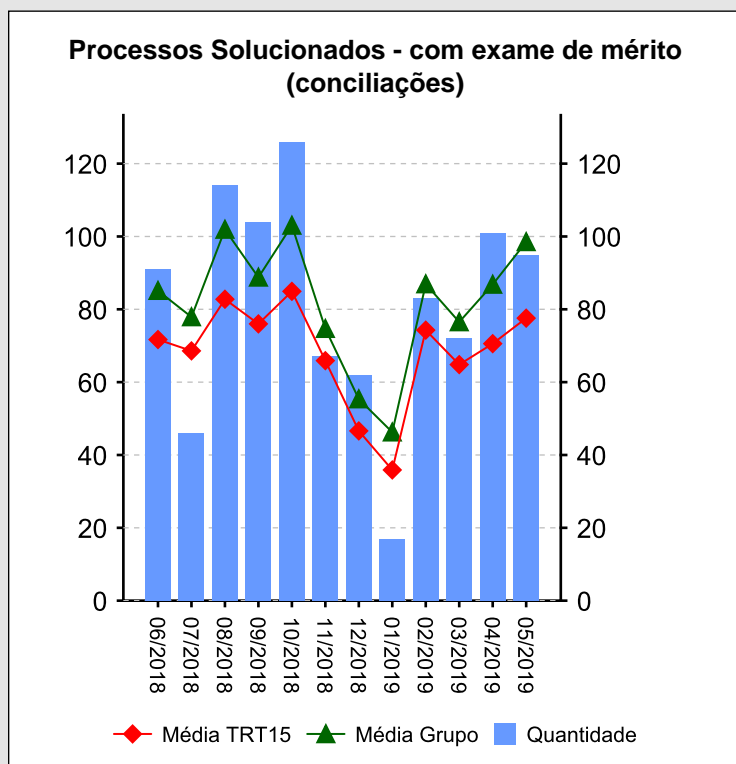
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	765	63,8	37,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	938	78,2	46,4
Sessões de audiência realizadas - una	889	74,1	44,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	328	27,3	16,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	336	28,0	16,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.827	152,3	90,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	664	55,3	32,9
Dias-Juiz	606	50,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	27.195	52,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.739	47,2	---

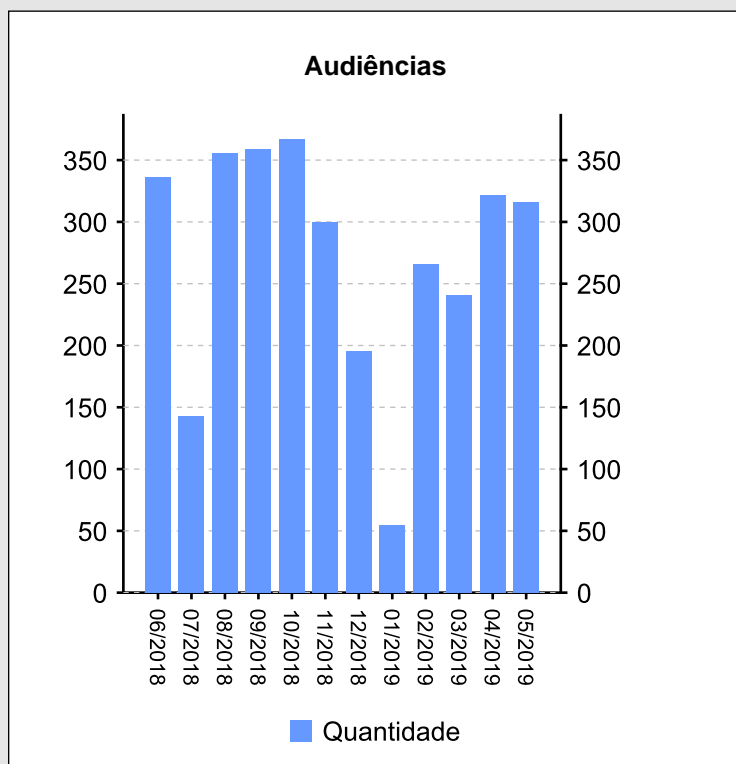
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

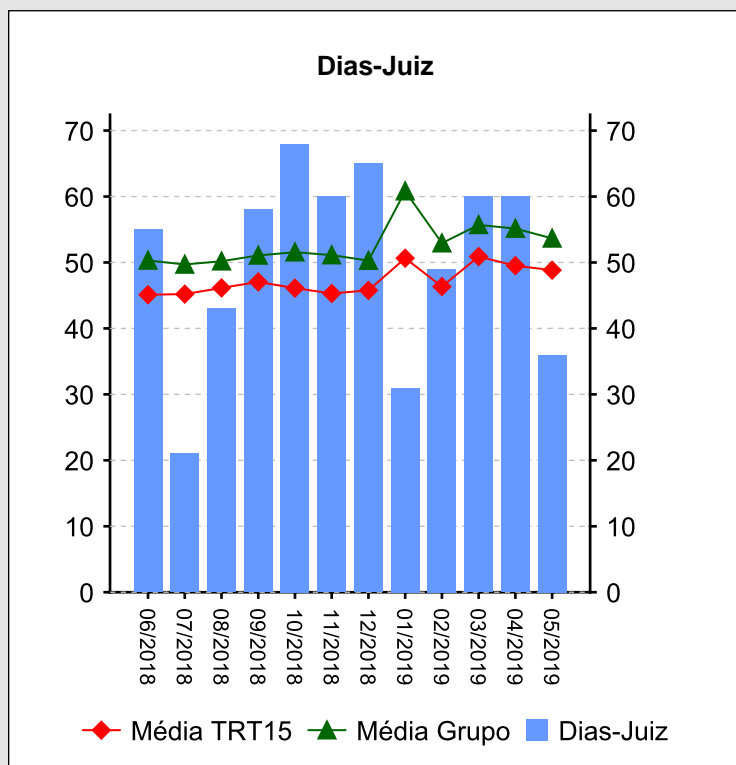
[06/2018 a 05/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2018	4	38	117	82	95	336
07/2018	0	10	47	50	36	143
08/2018	15	31	107	98	105	356
09/2018	16	48	91	119	85	359
10/2018	33	15	59	99	161	367
11/2018	31	76	44	76	73	300
12/2018	31	3	32	68	61	195
01/2019	4	0	0	33	18	55
02/2019	22	29	51	110	54	266
03/2019	30	18	50	84	59	241
04/2019	38	22	85	74	103	322
05/2019	104	46	82	45	39	316
Total	328	336	765	938	889	3256



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2018	55
07/2018	21
08/2018	43
09/2018	58
10/2018	68
11/2018	60
12/2018	65
01/2019	31
02/2019	49
03/2019	60
04/2019	60
05/2019	36
Média Mensal	50,5



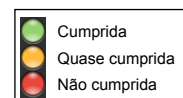
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

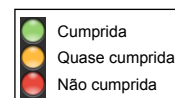
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2114	2363	2114	0	176	197	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

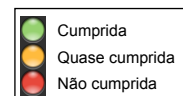
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2560	2355	2518	0	197	52	27 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
826	653	826	173	69	54	79 %





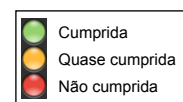
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

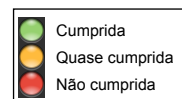
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
17	19	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
313	267	300	100 %





13 - ARRECADAÇÃO [08/2019 a 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 216.111,18	R\$ 467.852,19	R\$ 2.783.573,02



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 09/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	2
2015	11
2016	27
2017	65
2018	63
2019	338
2020	870



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3– não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 4 (quatro) dias da semana;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 274 (duzentas e setenta e quatro) audiências no período de 10/2019 a 09/2020;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema; mormente liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão às MM^{as} Juízas para sentença e incidentes; número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até:

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA
-------------	---	---	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		(número de processos)	(número de dias)
INICIAIS/ Ord:	4/3/2021	13	138
INICIAIS/ Sum:	4/3/2021	7	138
UNAS/ Ord:	2/3/2021	0	136
UNAS/Sum:	2/3/2021	0	136
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	2/3/2021	66	136
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	2/3/2021	107	136
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	2/3/2021	44	136
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	2/3/2021	26	136
CONCILIAÇÃO:	-	0	-
MEDIAÇÃO:	-	0	-
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-	10	-

Observações da Unidade:

Para o agendamento das CP Inquiritórias estamos aguardando o retorno das atividades presenciais.

Para as audiências de conciliação e mediação estamos enviando para o CEJUSC, onde o prazo observado é o legal para apresentação de defesa, se for o caso.

A pauta está fixada com base em audiências telepresenciais, uma vez que nossa pauta estava em prazo inferior a 60 (sessenta) dias para designação antes do início da pandemia.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>
INICIAIS/ Ord:	4/3/2021
INICIAIS/ Sum:	4/3/2021
UNAS/ Ord:	4/3/2021
UNAS/Sum:	4/3/2021
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	2/3/2021
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	2/3/2021
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	2/3/2021
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	2/3/2021
CONCILIAÇÃO:	-
MEDIAÇÃO:	-
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-

Observações da Unidade:

Para o agendamento das CP Inquiritórias estamos aguardando o retorno das atividades presenciais.

Para as audiências de conciliação e mediação estamos enviando para o CEJUSC, onde o prazo observado é o legal para apresentação de defesa, se for o caso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã			6			6
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã	12					12
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

Juiz Auxiliar Fixo

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã		12				12
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã			6			6
	tarde						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

Observação da Unidade:

Há 4 (quatro) servidores na Unidade capacitados para a medição.

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR n°s 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da recém publicada Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR n° 006/2020, que estabelece as medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O prazo para realização das audiências será objeto de análise unificada em todo o Regional após o pleno retorno das atividades e finalizadas as redesignações das audiências.

Em que pesem as dificuldades para a realização das audiências telepresenciais de instrução, bem como as estratégias adotadas, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional determina que as MMas. Juízas mantenham a designação das audiências (audiências iniciais e de instrução), a fim de que não haja pendências, sob pena de responsabilidade, na forma da recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT n° 064/2020, de 26 de agosto de 2020. Dando-se, assim, cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. n° 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato N° 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020, que tratam, entre outros assuntos, da realização de sessões de julgamento telepresenciais.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



audiências deve estar alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.

Quanto ao mais, registra-se que foi apontada a ocorrência de inconsistência nos indicadores de audiências realizadas nos meses de julho/2020 e agosto/2020 apresentados pelo RAR. Havendo, portanto, discrepância entre os dados do RAR e do e-Gestão. Em análise preliminar feita pela Corregedoria, foi identificada a criação de novos tipos de audiências no e-Gestão, de forma a contabilizar adequadamente as sessões realizadas por meio de videoconferências, em razão da pandemia de Covid-19, e autorizadas pela Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020. Tal criação de tipos de audiências não foi comunicada a esta Corregedoria. Como os relatórios gerados pela Corregedoria utilizam dados do e-Gestão, sempre que há alguma alteração nele, é necessário que o RAR e demais relatórios afetados, dentre eles a Ata de Correição Ordinária, sejam ajustados à nova realidade de indicadores estatísticos. Como não foram recebidas informações sobre os novos tipos de audiências, o RAR passou a exibir os dados de forma equivocada, demandando ajustes. Portanto, é necessário realizar ajustes no e-SInCor para corrigir o erro apontado e permitir o efetivo aproveitamento do RAR. Entretanto, a permissão para a continuidade da utilização do sistema aguarda deliberação dos Comitês de Governança e de Segurança da Tecnologia da Informação, impedindo, neste momento, que as correções sejam efetuadas.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, “*cabendo aos magistrados*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos”.

Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.

Em cumprimento às determinações acima, a 3ª Vara do Trabalho de Piracicaba informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Sisbajud, Infojud, Renajud e CCS, bem como o saneamento de 1.247 (mil duzentos e quarenta e sete) contas judiciais e a liberação de R\$ 1.931.857,92 (um milhão novecentos e trinta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos) por meio do Projeto Garimpo, até a 16/10/2020.

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional consigna elogios ao empenho das MMas. Juízas e de todos os servidores que atuam na Unidade e recomenda que seja mantida a intensa dedicação ao Projeto Garimpo, como forma de destinar recursos aí identificados, para o combate à COVID-19. Tudo, com rigorosa observância do Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020, do Ofício Circular nº 02/2020-CR e da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

Recomenda, também, que os valores que se encontrem em processos físicos sejam liberados com igual celeridade, observando-se os termos do parágrafo 4º, alíneas a e b, do artigo 11, da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020. Se imprescindível o desarquivamento dos autos físicos, que ele ocorra tão logo seja retomado o trabalho presencial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

Acerca de eventuais dificuldades e soluções encontradas na gestão do trabalho e de pessoas durante o trabalho remoto obrigatório em virtude da pandemia do novo coronavírus, o Senhor Diretor de Secretaria da Unidade declarou em videoconferência que, num primeiro momento, pessoalmente, sente falta da presença, do contato com os colegas, que houve influência na forma de se relacionar. Ouvir e conversar fazem falta e interferem nos índices da Unidade. Quanto a equipamentos não houve muitos problemas, porque foram disponibilizados os equipamentos da Unidade para os servidores, salvo quanto à instalação de sistemas. A partir de maio e junho diz ter sido emocionalmente afetado, em razão da falta do convívio.

Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

Em reunião por videoconferência, a Corregedoria Regional pede atenção do Senhor Diretor de Secretaria e de sua Assistente quanto: aos processos arquivados provisoriamente, no total de 2 (dois), na fase de liquidação, aos quais deve ser dado prosseguimento se não homologadas as sentenças de liquidação (item 4), à quantidade de incidentes pendentes (item 5) e às maiores idades médias (item 8).

A Corregedoria Regional destaca ainda o cumprimento da Meta 5 da Justiça do Trabalho - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento, cuja meta estipulada em 300 (trezentos) dias, foi superada com a conquista de 267 (duzentos e sessenta e sete) dias. O número ainda é elevado, todavia revela que a Unidade vem se empenhado para uma prestação jurisdicional célere.

19 – RECOMENDAÇÕES:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar com rigor os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15);); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo), Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar com rigor a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

20 - ATENDIMENTOS:

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, a advogada, previamente inscrita, Ligia Fernandes Marques, OAB nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



306.854/SP, da Comissão de Direito do Trabalho de Piracicaba. Relata que a Vice-Presidente da OAB local Fernanda Dal Picolo apresentou os problemas na 1ª Vara do Trabalho, enquanto hoje tratará das demais queixas. Quais sejam:

- prazo dos andamentos processuais da 1ª Vara do Trabalho nas fases de conhecimento e execução; pauta de audiência; perícia ; laudos não entregue;
- comunicação com as secretarias está prejudicada pela pandemia. Hoje é realizado via e-mail. Aduz que ao despachar presencialmente com o juiz, a necessidade é suprida imediatamente, enquanto via correspondência eletrônica, a demora faz perder a sua finalidade. É o caso das petições de urgência. Assim, pleiteia a resposta de correspondências eletrônicas com maior agilidade, noticiando que a demora é recorrente nas 1ª e 3ª varas do trabalho;
- entrega de laudos periciais em prazos muito extensos, sem falar daqueles que nem sequer são entregues, com reiterada incidência na 1ª Vara do Trabalho. Ocorrência muito maior com relação a laudos médicos. Verificaram inúmeros encaminhamentos aos senhores peritos em endereço eletrônico incorreto;

Solicitam:

- a padronização dos prazos nos despachos para entrega de defesa, réplica;
- despachos iniciais designando audiência, principalmente na 3ª Vara do Trabalho, com informação do prazo para entrega de defesa, outrossim, se há que ser entregue ou não. Pleiteiam despachos com maior detalhamento;
- se há estudo, se há perspectiva sobre o retorno das atividades presenciais;
- realização da triagem inicial para que conste desde já a nomeação e a data de perícia;
- citação com observância do prazo para defesa;
- expedição célere de guia para levantamento de valores.

Foi dito por Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional que boa parte do que foi apresentado, já foi levado a conhecimento do MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho que é quem responde às correspondências eletrônicas. E que problemas técnicos impediram o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



encontro com a MMA. Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho, sem prejuízo de que o conteúdo da presente reunião seja levado a seu conhecimento.

Sua Excelência acrescentou que o retorno ao trabalho presencial é de competência da Presidência do E. Tribunal a quem talvez devesse a OAB oficial para tratar do tema.

No mais, agradece a manifestação da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, porque seu relato dá a oportunidade para melhorias.

Por fim, por meio de correspondência eletrônica, a Comissão de Direito do Trabalho da OAB de Piracicaba, na pessoa da mesma advogada Ligia Fernandes Marques, OAB nº 306.854/SP, consolidou os aspectos mais demandados quanto ao Fórum Trabalhista de Piracicaba:

“a) Prazos:

Respeito aos prazos regimentais e processuais em atenção ao princípio da celeridade nos processos.

As queixas recorrentes são de processos sem andamento pela serventia por mais de 1 (um) ano;

Agendamento de audiências de instrução já transcorrido mais de 01 ano de início do processo;

Os casos mais recorrentes de muitos anos são da 1ª Vara do Trabalho.

b) Comunicação na pandemia:

Considerando que no período de pandemia, conforme orientação, a comunicação dos advogados com a serventia e juízes deverá ocorrer por envio de email as Varas, nos casos de maior urgência.

No entanto, há demora de semanas para retorno ou sequer há retorno.

Para despachar com o magistrado, em tempos normais, é no balcão e naquele momento, assim, não há como o advogado adequar a agenda do magistrado, pois trata-se de urgência.

Há casos em que o advogado precisa aguardar um retorno de 3 a 5 dias, ou mais, para um agendamento futuro.

Casos mais recorrentes são da 1ª e 3ª Vara do Trabalho.

c) Laudos/ peritos

Demora na entrega de laudo, principalmente relativo a perícia médica, em alguns casos por mais de 1 ano. Perícias realizadas sem entrega de laudo, sem resposta aos esclarecimentos do perito e sem posicionamento da Vara quanto a destituição



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



do perito ou atualização dos contatos dos peritos.

Há casos que a secretaria sequer busca o contato correto do perito para intimá-lo do ato, por vezes, tentando no mesmo contato desatualizado, por isso, também, é um motivo de demora ou não entrega do laudo ou esclarecimentos periciais.

Os casos mais recorrentes de muitos anos são da 1ª Vara do Trabalho.

d) Padronização dos prazos nos despachos

Nos despachos iniciais de fixação de prazo para defesa e réplica, não há padronização, ora são 10 (dez) dias para uma parte e 5 (cinco) dias para outra, ensejando até uma disparidade de tratamento processual.

Deve-se atear [sic] aos prazos do CPC para defesa e réplica, no mínimo, ou, padronizar de forma equânime e razoável os prazos.

Casos mais recorrentes são da 3ª Vara do Trabalho

e) Despachos iniciais claros

Despachos iniciais com agendamento de audiência virtual, seja de conciliação ou inicial, precisa constar expressamente e objetivamente o prazo para defesa, apresentação da defesa e início de sua contagem ou a dispensa na apresentação da defesa, oportunidade em que haverá o prazo para sua apresentação.

Casos mais recorrentes são da 3ª Vara do Trabalho

f) Audiências Iniciais, cujos processos contenham pedido de perícia, já consignar a perícia agendada.

g) Expedição de Mandado Citatório com lapso temporal suficiente para a reclamada receber a intimação, apresentar defesa em tempo hábil e antes do agendamento da perícia. Devendo ser considerando a morosidade do correio.

h) Demora na expedição de guias para liberação de valores depositados

Casos de maior recorrência na 1ª Vara do Trabalho”

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – A MMª Juíza Titular Isabela Tofano de Campos Leite Pereira está autorizada a residir fora da jurisdição (PA nº 0000450-04.2015.5.15.0897).

21.2 – A MMª Juíza Substituta Auxiliar Fixa Natalia Scassiotta Neves Antoniassi está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA nº 0000216-27.2012.5.15.0897).

21.3 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou remota e reservadamente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



com as Magistradas.

21.4 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 26 de outubro de 2020, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.